



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Processo nº 1.10.0011056-9

Pedido de Falência

Requerente: Cotepra Comercial de Tecidos e Produtos Agrícolas Ltda

Data: 28.10.2014

Comarca de Passo Fundo – 1º Juizado da 4ª Vara Cível

Juíza Prolatora: Luciana Bertoni Tieppo

Vistos etc.

JR COMERCIO DE CIMENTOS E CONCRETO LTDA ajuizou o presente pedido de falência de **DIEGO ANHOLETTTO DE OLIVEIRA E CIA LTDA**, com base no art. 94, II e III, f, da Lei 11.101/05.

Disse ser credora da requerida, a qual afirmou possuir mais de cinquenta títulos protestados e vinte e seis cheques devolvidos.

Citada, a ré não apresentou contestação.

É o relatório.

Decido.

Trata-se de pedido de autofalência, regularmente instruído, no



qual entendo estarem comprovados os requisitos a que alude o art. 94, inc. I e II, f, da Lei Falimentar, tendo em vista que pela documentação inserta nos autos demonstra que a devedora não quitou o débito.

Desta forma, é de ser decretada a falência da requerente.

ISSO POSTO, face às razões antes expendidas, **DECRETO A FALÊNCIA DIEGO ANHOLETTO DE OLIVEIRA E CIA LTDA**, com base nos arts. 94, II e III, f, da Lei 11.101/05, declarando aberta a mesma na data de hoje, às 16h 15min, e determinando o que segue:

I) Nomeio Administrador Judicial o representante legal da credora, sob compromisso, que deverá ser prestado em 48 horas.

II) Declaro como termo legal a data de 15-04-2010, correspondente ao nonagésimo (90º) dia anterior à data do pedido de falência, na forma do art. 99, inc. II, da Lei de Falências.

III) Intimem-se os sócios da Falida para que cumpram o disposto no art. 99, inc. III, da Lei de Quebras, no prazo de cinco dias, apresentando a relação de credores, bem como atendam o disposto no art. 104 do diploma legal precitado, sob pena de responderem pelo delito de desobediência.

IV) Fixo o prazo de quinze (15) dias para habilitação dos credores, na forma do artigo 7º, § 1º, c/c art. 99, IV, ambos da atual Lei de Falências, devendo o Administrador Judicial apresentar a lista de credores para publicação do edital a que alude o § 2º do mesmo diploma legal.

V) As execuções existentes contra a devedora deverão ficar suspensas, inclusive às atinentes aos eventuais sócios solidários porventura existentes, exceto as com datas de licitações já designadas, vindo o produto em benefício da massa, ou aquelas onde houve concurso de litisconsortes passivos, que prosseguirão quanto a estes, bem como os executivos fiscais e ações que demandarem por quantias ilíquidas, atendendo ao disposto no art. 6º c/c o art. 99, inc. V, ambos da atual Lei de Quebras.

VI) Cumpra a Sra. Escrivã as diligências estabelecidas em lei, em especial, as dispostas no art. 99, inc. VIII, X e § único da Lei 11.101/05, procedendo-se as comunicações e intimações de praxe.



79

VI) Providenciem-se na lacração das portas do estabelecimento da requerida e arrecadem-se os seus bens, procedendo o Administrador Judicial na avaliação dos bens móveis, a teor do que estabelece o art. 109 da Lei 11.101/05.

VIII) Oficiem-se aos estabelecimentos bancários, no sentido de serem encerradas as contas da requerida e solicitando informações quanto aos saldos porventura existentes nestas, na forma do art. 121 da LRF. ✓

IX) Determino, ainda, a indisponibilidade dos bens dos sócios gerentes ou administradores da requerida pelo prazo a que alude o art. 82, § 1º, da LRF. Oficiem-se aos Registros Imobiliários e Departamento de Trânsito para tanto, com base no art. 99, inc. VII, do mesmo diploma legal. ✓

X) Oficie-se ao Registro Público de Empresas para que proceda à anotação da falência no registro do devedor, para que conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/05. ✓

XI) Nomeio perito a contadora Carla Bernardon e Leiloeiro Luis Carlos Nogari dos Santos, o qual deverá sugerir datas para alienação do ativo, atendendo para o disposto no art. 140 da Lei de Quebras.

XII) Intime-se o Ministério Público e comunique por carta às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, para que tomem conhecimento da falência.

Publique-se, registre-se e intmem-se.

Passo Fundo, terça-feira, 28 de outubro de 2014.

LUCIANA BERTONI TIEPPO,
Juíza de Direito



CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº **726/2014**, expedida em 28 de outubro de 2014, foi disponibilizada na edição nº 5434 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 29/10/2014, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

021/1.10.0011056-9 (CNJ 0110561-
23.2010.8.21.0021) - JR Comércio de
Cimentos e Concreto Ltda (pp. Fernanda
Maria Ferreira Mendes e Juliano de Freitas
Kaiser) X Diego Anholetto de Oliveira e
Cia Ltda (sem representação nos autos). ISSO
POSTO, face às razões antes expendidas, DECRETO
A FALÊNCIA DIEGO ANHOLETTO DE OLIVEIRA E CIA
LTDA, com base nos arts. 94, II e III, f, da
Lei 11.101/05, declarando aberta a mesma na
data de hoje, às 16h 15min, e determinando o
que segue: I) Nomeio Administrador Judicial o
representante legal da credora, sob
compromisso, que deverá ser prestado em 48
horas. II) Declaro como termo legal a data de
15-04-2010, correspondente ao nonagésimo (90º)
dia anterior à data do pedido de falência, na
forma do art. 99, inc. II, da Lei de Falências.
III) Intimem-se os sócios da Falida para que
cumpram o disposto no art. 99, inc. III, da Lei
de Quebras, no prazo de cinco dias,
apresentando a relação de credores, bem como
atendam o disposto no art. 104 do diploma legal
precitado, sob pena de responderem pelo delito




de desobediência.IV) Fixo o prazo de quinze (15) dias para habilitação dos credores, na forma do artigo 7º, § 1º, c/c art. 99, IV, ambos da atual Lei de Falências, devendo o Administrador Judicial apresentar a lista de credores para publicação do edital a que alude o § 2º do mesmo diploma legal.V) As execuções existentes contra a devedora deverão ficar suspensas, inclusive às atinentes aos eventuais sócios solidários porventura existentes, exceto as com datas de licitações já designadas, vindo o produto em benefício da massa, ou aquelas onde houve concurso de litisconsortes passivos, que prosseguirão quanto a estes, bem como os executivos fiscais e ações que demandarem por quantias ilíquidas, atendendo ao disposto no art.6º c/c o art. 99, inc.V, ambos da atual Lei de Quebras.VI) Cumpra a Sra. Escrivã as diligências estabelecidas em lei, em especial, as dispostas no art. 99, inc. VIII, X e § único da Lei 11.101/05, procedendo-se as comunicações e intimações de praxe.VI) Providenciem-se na lacração das portas do estabelecimento da requerida e arrecadem-se os seus bens, procedendo o Administrador Judicial na avaliação dos bens móveis, a teor do que estabelece o art. 109 da Lei 11.101/05. VIII)

Oficiem-se aos estabelecimentos bancários, no sentido de serem encerradas as contas da requerida e solicitando informações quanto aos saldos porventura existentes nestas, na forma do art. 121 da LRF. IX)Determino, ainda, a



indisponibilidade dos bens dos sócios gerentes ou administradores da requerida pelo prazo a que alude o art. 82, § 1º, da LRF. Oficiem-se aos Registros Imobiliários e Departamento de Trânsito para tanto, com base no art. 99, inc. VII, do mesmo diploma legal.X) Oficie-se ao Registro Público de Empresas para que proceda à anotação da falência no registro do devedor, para que conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/05.XI) Nomeio perito a contadora Carla Bernardon e Leiloeiro Luis Carlos Nogari dos Santos, o qual deverá sugerir datas para alienação do ativo, atendendo para o disposto no art. 140 da Lei de Quebras. XII) Intime-se o Ministério Público e comunique por carta às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, para que tomem conhecimento da falência.

Passo Fundo, 29 OUT 2014


Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Maria Margareth T. F. R. de Vargas
Escrivã Judicial

Certifico que os autos deste processo foram entregues
em carga ao Dr.(a) GILBERTO na
data abaixo, com 87 folhas.
Passo Fundo, 05 / 11 / 2014.
O Escrivão: L

Certifico que os autos deste processo foram entregues
em carga ao Dr.(a) T. Siden na
data abaixo, com 87 folhas.
Passo Fundo, 09 / 12 / 2014.
O Escrivão: OP

APÓS TODOS

Atestado de entrega